



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
GABINETE DA CONCILIAÇÃO
PLATAFORMA AMBIENTAL E INDÍGENA – ROTA BIOCEÂNICA

MEMORIAL DE REUNIÃO

Às 17h do dia 31 de janeiro de 2024, por videoconferência, reuniram-se a desembargadora do TRF3 (Audrey Gasparini), os juízes federais do TRF3 Ana Lucia Iucker Meirelles de Oliveira, Fernando Nardon Nielsen e Raul Mariano Junior, o secretário da SEMADESC do estado do MS Jaime Elias Verruck, a procuradora de estado do MS Ana Carolina Ali Garcia, o procurador da AGU/Ministério da Defesa Sérgio Cardoso Melo, o procurador da União Guilherme Carloni Salzedas, os servidores do DNIT Silvio Ricardo Santos Ascensão e Paula Andrea P. M. Guazi, a advogada Cristiane Viegas (OAB/MS), o servidor do INPE Fabiano Morelli, a tenente-coronel Tatiane Inoue (Corpo de Bombeiros do MS), o gerente de projeto da Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário Helio Roberto Silva de Sousa, a sra. Fatima Borghi (MPF – Demandas Ambientais), os professores Ruberval Franco Maciel e Diógenes Cariaga (ambos da UEMS), o sr. Álvaro Simões da Conceição Neto, o assessor do Gabinete de Conciliação do TRF3 Sergio Luiz de Matteo, a chefe do Gabinete de Conciliação Elaine Aparecida Jorge Feniar Helito e o servidor do Gabinete de Conciliação do TRF3 Marcos Bastos dos Santos, com intuito de tratar acerca de questões atinentes à Rota Bioceânica, em especial a colisão com animais silvestres nas rodovias.

A juíza Ana Lucia iniciou informando que o secretário de governo do MS, Jaime Verruck, havia requerido quinze minutos para fazer uma explanação e, assim, foi-lhe dada a palavra. O secretário começou dizendo que houve avanços significativos na questão da infraestrutura e na própria discussão com o Ministério do Planejamento e Orçamento. Apresentou alguns mapas mostrando a rota bioceânica bem como os países pelos quais ela atravessa. Aproveitou para dizer que, com exceção do Brasil, os outros países envolvidos a chamam de Corredor Bioceânico Capricórnio por causa do trópico de mesmo nome que passa pela região. Comentou sobre os problemas que estão afetando o Canal do Panamá, de um modo especial a seca e a sobrecarga, sem falar dos efeitos da guerra no Oriente Médio, a qual tem gerado ataques a navios cargueiros. Tudo isso tem tornado a rota bioceânica ainda mais significativa a médio e longo prazo como uma alternativa estratégica. Contou também que, juntamente com um grupo de 30 veículos e 104 pessoas, percorreram toda a rota conversando com governadores,

prefeitos, caminhoneiros, moradores do entorno da rota e com as forças de segurança dos países envolvidos. A propósito, do lado brasileiro estavam a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria da Segurança Pública do estado do MS, mesmo porque a rota também trará aspectos negativos como, por exemplo, o tráfico de drogas e armas. Mostrou também fotos de uma ponte que já está sendo construída, a qual liga as cidades de Carmelo Peralta e Porto Mutinho. Todavia, as obras dessa ponte no lado brasileiro estão atualmente paralisadas por questões alfandegárias, já que o material para construção estava vindo do Paraguai. Entretanto, espera-se que, a partir do dia 15 de fevereiro, a situação se normalize e as obras possam ser retomadas. Por outro lado, através do PAC, obteve-se a garantia de 472 milhões de reais para a obra, e mais meio milhão de reais para a construção dos 13 Km do acesso à ponte e para a construção do centro alfandegário integrado da rota, tudo autorizado pelo ministro dos transportes, que, inclusive, esteve em dezembro em MS, ocasião em que assinou a autorização, bem como homologou a licitação da obra. Da mesma forma, foram anunciadas as obras de reestruturação, pavimentação e adequação da capacidade da BR 267, que é justamente a que leva à rota, além de que se trata de uma via de muito trânsito de caminhões, com uma base de 500 caminhões circulando por dia, sobretudo para o transporte de soja. Tal obra também já foi autorizada e iniciada, no valor de 240 milhões de reais. Outro ponto que o secretário Jaime informou foi a criação de um comitê estadual da rota bioceânica, unindo vários órgãos públicos e privados. Aguarda-se apenas a nomeação dos participantes, mas já está até designada a data da primeira reunião: 20 de fevereiro. Outro ponto importante que ele apresentou foi que, no lado paraguaio, num local chamado 4 Placas, numa região conhecida como Picada 500, há um marco com quatro madeiras, cada uma representando um dos países envolvidos na obra. Todavia, aquele local é uma região de muito atoleiro e é praticamente intransitável, a qual demandará uma obra que já foi acertada pelo Ministério de Obras Públicas e Comunicação do Paraguai, com 225 km de extensão. Há um organismo internacional que financiará tal obra, com previsão de início em março ou abril. Por fim, lembrou que em dezembro foram realizadas algumas reuniões com a ministra Simone Tebet, do Ministério de Orçamento e Planejamento, que trouxe para si a discussão, redundando na criação de um Comitê Nacional de Integração Sul-Americana no âmbito do ministério. Também foram feitas reuniões com a Fonplata, com o Banco Mundial e com BID, este, aliás, promoveu um aporte de 600 mil dólares (cerca de 3 milhões de reais) para que seja feita o *Master Plan* da rota bioceânica, já se iniciando em janeiro.

Em seguida, a juíza Ana Lucia perguntou ao juiz Fernando Nardon se ele queria fazer alguma colocação. Ele pediu informações ao secretário Jaime Verruck sobre a questão da colisão de animais e também em que sentido a Lei do Pantanal, já criada,

impacta a rota bioceânica e o próprio bioma Pantanal. O secretário respondeu que, no que se refere à colisão de animais, os outros países ainda não estão analisando esse problema, mas, do lado brasileiro, o DNIT tem trazido isso para a discussão da obra. A propósito, o ICAS estabeleceu um modelo metodológico para avaliar os pontos críticos de passagem de animais. Além disso, o secretário afirmou que talvez o professor Ruberval tenha mais informações a respeito do assunto, mesmo porque é possível que a UNIRRILA, que reúne as universidades da rota bioceânica, seja o caminho mais fácil para mobilizar os outros países para a realidade da colisão de animais. Já a respeito da Lei do Pantanal, que entrará em vigor dia 18 de fevereiro, ela tem um potencial significativo de redução do nível de supressão e do nível de preservação de cota de reserva legal. Também não permite novas atividades agrícolas (só as já consolidadas); portanto, ficou vedada explicitamente a expansão agrícola no Pantanal. Ela veta, inclusive, confinamento e outras atividades.

Em seguida, a juíza Ana Lucia se dirigiu ao professor Ruberval para que ele trouxesse também sua contribuição. Primeiramente, o professor comentou que o Brasil e, de um modo especial, o estado do MS, está muito mais articulado que os outros países nos diversos assuntos relativos à rota. O envolvimento de governo, universidades, empresários e população em geral é uma realidade que não se vê nos outros países. Até quando se trata, por exemplo, de projetos pilotos, os outros países têm uma articulação mais lenta justamente por causa das mudanças políticas locais. Acaba que as universidades de lá é que têm que fazer a articulação local. No que se refere propriamente à proteção dos animais contra colisão, o curso de veterinária da universidade paraguaia de Assunção demonstrou interesse em desenvolver um trabalho nesse sentido, mesmo porque eles já têm um projeto de prevenção de acidentes de animais no contexto do Chaco, que é o Pantanal do lado paraguaio. Assim, a meta é fazer um esforço de alinhamento com as experiências dos dois países, através de projetos espelhos, e buscar financiamento para aprofundamento dos trabalhos.

Em seguida, a juíza Ana Lucia se dirigiu novamente ao secretário Jaime Verruck para perguntar em que pé está a obra no lado argentino, considerando a crise que lá acontece e, inclusive, em face da troca de governo que ocorreu ali. O secretário respondeu que não acredita - considerando a crise econômica por que passa a Argentina - que o novo governo terá recurso para fazer os investimentos necessários. Mas isso já se dava antes mesmo da posse do presidente Milei. O que é mais auspiciosa é a participação dos dois governadores das províncias de Salta e Jujuy, que estão extremamente envolvidos no projeto e certamente serão os elos para resolver esses problemas do lado argentino. Em contrapartida, como há uma necessidade de se construir uma alfândega em Posso Rondo, o Paraguai está disposto a realizar essa

construção, mas isso não foi discutido com os argentinos ainda. Sem falar que há naquela região uma área indígena que possui em torno de 25 km, e a aldeia fica bem à beira da rodovia, onde havia um limite de velocidade, o que talvez torne o local um ponto crítico, na medida em que será necessária a construção de um desvio ou contar que a comunidade indígena autorize as modificações necessárias.

Retomando a palavra, a juíza Ana Lucia relembrou a questão da impressão e distribuição das cartilhas e, aproveitando, a Elaine (chefe do Gabinete de Conciliação), recordou que na última reunião o secretário Jaime Verruck ficou de verificar a possibilidade de também imprimir algumas cartilhas. Ele respondeu que ainda não avançou nessa questão, mas não vê problema na obtenção dos insumos. Até perguntou ao professor Ruberval se a universidade ainda tem gráfica, e ele disse que sim, só que dependeria da quantidade. A juíza Ana Lucia pediu que a Elaine verificasse, antes da próxima reunião, quanto a Ajufe e o estado do MS poderão imprimir e que os dois órgãos trocassem essas informações além de já darem andamento nisso.

Em seguida, a dra. Ana Lucia perguntou ao dr. Fernando Nardon se ele teria mais alguma coisa a dizer. Ele quis saber do DNIT sobre o estudo a respeito dos pontos de maior índice de colisão entre Campo Grande e Porto Murtinho e também a respeito dos comboios noturnos. Já em relação ao secretário Jaime Verruck, o dr. Nardon quis saber se está sendo tratado o tema das colisões nas rodovias vicinais. O sr. Silvio Ascensão, servidor do DNIT, informou que foi contratada uma gestão ambiental para fazer o acompanhamento da obra e iniciar o monitoramento dos atropelamentos. De toda forma, entre os serviços da Restaura estão incluídos alguns trabalhos de mitigação dos atropelamentos como, por exemplo, o uso de cercas condutoras. Já sobre os comboios, ele disse que, pelo que sabe, não foi dado nenhum encaminhamento a respeito. O secretário Jaime informou que o governo federal criou um projeto nacional de rotas de integração latino-americana, embora esteja inicialmente trabalhando em sentido macro, não chegando ainda no tema dos atropelamentos e de infraestrutura, mas está focando, no momento, nas sinalizações das grandes rotas de integração e, dentro delas, encontram-se as rotas convergentes, mesmo porque, até a cidade de Jardim, a rota não vem de Campo Grande, mas de cidades como Sidrolândia, Nioaque, Bonito e Miranda. Mas nestas que são rodovias estaduais, foi obtido um financiamento via BNDES no valor de 2,5 bilhões de reais só para fazer as estaduais e, em muitas delas, enfatizando justamente os pontos que têm grande movimentação de carga. A propósito, um dos pontos que foi indicado para a renovação do contrato da CCR na rodovia 163 é justamente a melhoria na estrutura de proteção ao atropelamento e de resgate de animais.

Depois a dra. Ana Lucia perguntou se o dr. Nardon ainda tinha mais alguma consideração, e ele fez menção ao *Master Plan*. Elogiou o plano e, por isso, pediu ao secretário Jaime que tudo que fosse tratado a respeito fosse compartilhado para conhecimento. O secretário Jaime falou que será um prazer compartilhar tudo o que tiver de novidade.

A dra. Ana Lucia passou a palavra então à procuradora estadual do MS Ana Carolina que narrou ter estado na Escola de Magistrados do TRF3 para refletir sobre os impactos, competências e conflitos e a necessidade de regulamentação da rota. E, a pedido do secretário Jaime, mencionada procuradora discorreu a respeito da reunião que foi feita no STJ, na qual, uma das demandas foi a criação de uma vara federal na região da cidade de Jardim. Embora haja muitos subsídios para justificar a criação da vara e, inclusive, pedido formal do governador do MS, ainda não houve resposta à solicitação.

Após a fala da procuradora, a dra. Ana Lucia passou a palavra ao professor Diógenes, da UEMS, que, como antropólogo, trouxe a preocupação com os povos indígenas da região e também as demandas de cidadania e direitos humanos desses povos tradicionais. Além do desafio do mapeamento e da mobilidade desses povos, inclusive de etnias do Paraguai para o Brasil.

Por fim, mais ninguém pediu a palavras, e a dra. Ana Lucia fez então os agradecimentos e despedidas, dando por encerradas.

A próxima reunião será na segunda quinzena de março, em data a ser definida.

Nada mais a constar, eu, Marcos Bastos dos Santos, RF 1473, redigi o termo.